

ANGELA ALONSO

Flores, votos e balas

O movimento abolicionista brasileiro (1868-88)

1ª reimpressão



A marca FSC® é a garantia de que a madeira utilizada na fabricação do papel deste livro provém de florestas que foram gerenciadas de maneira ambientalmente correta, socialmente justa e economicamente viável, além de outras fontes de origem controlada.



Copyright © 2015 by Angela Alonso

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Raul Loureiro

Foto de capa

Detalhe da obra de José Irineu de Sousa, *Fortaleza liberta*, óleo sobre tela, 40 x 30 cm

Mapas

Sônia Vaz, com base em *Atlas do Império do Brasil*, de Cândido Mendes

Preparação

Cláudia Cantarin

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Ana Maria Barbosa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Alonso, Angela

Flores, votos e balas : o movimento abolicionista brasileiro (1868-88) / Angela Alonso. — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

ISBN 978-85-359-2661-3

1. Brasil — História — Abolição da escravidão, 1888 2. Escravos — Brasil — Emancipação 1. Título.

15-09326

CDD-981.04

Índices para catálogo sistemático:

1. Abolição da escravidão : Brasil : História 981.04
2. Escravidão : Abolição : Brasil : História 981.04

[2016]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

*Para Maria do Carmo Soler e Felix Alonso Garcia
in memoriam*

ção emancipadora.⁴² Fez política e usufruiu do espetáculo. Tanto que, à saída, estava de braços com Carlos Gomes, transformado desde esse dia em amigo fraterno.

Ovacionou-se o maestro. Dos camarotes, senhoras lançaram flores, senhores puseram-se de pé, bravos, bravíssimos. Carlos Gomes tornou ao palco oito vezes; ao fim, arrebatado, foi carregado pelos jardins. Rebouças, a aplaudir como louco,⁴³ ficou no miolo do frenesi, tanto no teatro como na rua, os cenários do movimento de que seria a chave-mestra. Quantas vezes, de par com José do Patrocínio, organizaria concertos seguidos de passeatas? Mas, em vez de um drama guarani, encenariam a tragédia africana.

Naquele 1870, maestro, imperador, partidos, cortesãos celebravam a monarquia, sua obra de civilização, sua nação inventada, mas logo encenariam um enredo mais incerto. Unido no aplauso ao *Guarani*, o Império estava em véspera de dilaceramento. Em nome da compaixão, do direito e do progresso, os que estavam com Rebouças exigiriam o fim da escravidão. Paulino e sua legião resistiriam à abolição, que, diziam, poria abaixo a ordem imperial, sua economia, seu sistema político, sua sociedade aristocrática e todo o esplendor daquele dia de gala.

José de Alencar concordava. Libertar o ventre das escravas, à maneira do que a Espanha fazia em Cuba, seria como pecar o libretista contra seu *O guarani*: ao alterar a trama desvirtuara a obra. O romance tinha final reconfortante, o mal naufragado em dilúvio, salvos Ceci e Peri, pais da nação brasileira. Na ópera, a impossibilidade de encenar a tempestade tornou o desfecho drástico, com estouro de barris de pólvora e desmoronamento do castelo dos aristocratas.⁴⁴ A explosão se anunciava também fora do palco. Ao acabar aquele dezembro, chegaria o ano sem par de 1871, quando a escravidão, bomba-relógio do Império, sairia da coxia para roubar o centro da cena.

2. Escravidão de circunstância

EM NOME DA ORDEM

Barba aparada, camisa de casimira bem cortada aderida como luva ao corpo alto e fino, Paulino Soares de Sousa prepara-se para o combate. Não que a vida se lhe apresentasse como uma guerra: foi antes uma escalada. Nasceu em fazenda, a de Tapacora, no interior do Rio de Janeiro, mas se educou no grande mundo. No Colégio Pedro II, ganhou distinções e o amor aos gregos. Saiu da Faculdade de Direito de São Paulo, em 1855, com as capacidades esperadas para um primogênito de estadista do Império: armar jornais, discursos, panelas. Política respirada em casa. Seu pai era o visconde do Uruguai, um dos edificadores das instituições políticas centralizadas do Segundo Reinado. Tinha ainda o sangue de outro alto costado do Partido Conservador, o visconde de Itaboraí. Essa origem abriu caminho para que ocupasse os postos de monta do Segundo Reinado. Começou pela diplomacia: Viena, Paris, Londres. Tornou-se cavaleiro da ordem turca de Medjidie, cujo medalhão de sete pontas traz em vermelho uma

divisa que de fato honrou: lealdade, zelo, dedicação. Em 1856, em Roma, depois de se ajoelhar ao papa, recebeu a notícia: estava eleito, em ausência, deputado geral pelo Partido Conservador no 3º distrito da província do Rio de Janeiro. Tinha 22 anos.

Ascendeu no exemplo do pai, exímio articulador político. “Aprendi cedo a refletir de pronto e medir logo o alcance dos atos que pratico na vida pública.” Escrevia aos eleitores, arrebanhando, orientando, disciplinando, até comandar o partido na província. Por isso, em 1881, contra o governo oposto, teria a maior votação do país. Foi ministro e chegaria a presidente da Câmara, senador, conselheiro de Estado, presidente do Senado. Enfim, “Deus me tem dado, na carreira a que me destinei, quanto nela se pode aspirar”. Tudo com garbo e traquejo. Seu pai — contava o barão de Cotegipe — dançaria em mesa posta sem quebrar cristal; o filho podia executar a proeza de olhos vendados.

Depois da morte do pai, em 1866, Paulino ficou austero, sombático. Seu refúgio era a esposa Maria Amélia: “Nas grandes dores da minha alma o conforto que tenho e agradeço a Providência é o teu amor, que me prende à vida”. Do enlace vieram renda polpuda, cinco filhos e a condição de grande fazendeiro em Cantagalo, no Vale do Paraíba.

Paulino unia em si as metades do Império. Do pai, como do tio Itaboraí, herdou o realismo político, a crença nas instituições imperiais como o melhor dos mundos possíveis. Com o casamento, fincou pé na lógica dos proprietários de terras e de escravos. Paulino operava em dois mundos, Corte e roça, Parlamento e fazenda, a herança política Conservadora e o dote escravista de Maria Amélia. Ponte entre a civilização e o cafezal.

Nisso ia fartamente acompanhado. Maestria de etiquetas, francês e piano, o corte da sobrecasaca, todo o apuro do modo de vida da aristocracia imperial se nutria da senzala. De libré, na porta, nos aposentos de dormir, a coser, cozinhar, levar recado,

limpar latrina, os escravos de servir eram as mãos invisíveis dos salões senhoriais na cidade e os do eito, plantadores, capinadores, ensacadores, eram o Atlas que carregava nas costas um mundo de fazendeiros, atravessadores, banqueiros, comerciantes. Assim giravam o luxo da rua do Ouvidor e a máquina estatal. Disso viviam pequenas e grandes rodas, as letras e a boa sociedade. A escravidão era a base de um estilo de vida, compartilhado por todo o estamento senhorial, cujos eflúvios se espalhavam pela sociedade em círculos concêntricos, como pedra na água. Em modos, ações, pensamento, Paulino encarnava o éthos senhorial. Rebento fina flor. Nada em si rescendia brutalidade ou ganância, desvio ou maldade. Culto e ilibado, amava o latim e a esposa, acreditava em Deus, no Império e na propriedade de escravos.

Somente insensatos, julgava, se insurgiriam contra a ordem natural das coisas, que não vigeria por vontade de uns, e sim por necessidade de todos. Sem escravidão não haveria café ou finanças, aristocratas ou monarquia, nem ordem, nem paz. Para defender esse mundo, Paulino envergou luvas, cartola e a sóbria casaca preta. Desceu a escadaria imensa da imensa casa. Naquela quarta-feira, 23 de agosto de 1871, foi vocalizar seu grupo social ameaçado pelo projeto do governo de Rio Branco de libertar os frutos dos ventres das escravas. O boleeiro que o conduziria ao Parlamento era um deles.¹

ABOLICIONISMO DE ESTADO

José Maria Paranhos, do Partido Conservador, assumiu a chefia de governo em 7 de março de 1871. Era fumante inveterado de trinta charutos Havana por dia. No vício descarregava tensões, pois passou a existência em meio a elas. De família baiana de comerciantes decadentes, teve de se fazer na vida. Começou pela Escola

Militar, depois deputado pelo Partido Liberal. Migrou para os Conservadores nos anos 1850, sob a bênção do marquês de Paraná, líder do momento, que impulsionou sua carreira ao lançá-lo na diplomacia do Prata, onde o Brasil tinha vários litígios abertos.

Graças ao Prata, José Maria Paranhos veio a ser visconde do Rio Branco. Administrou pendengas com os estados fronteiriços ao sul, como enviado especial e ministro de estrangeiros. Serviu na guerra contra o Paraguai e livrou o país de outra, ao negociar uma saída diplomática com o Uruguai. O governo Liberal reprovou o ato. Cheio de brios, defendeu-se em oito horas de discurso no Senado, de onde saiu glorioso.² Organizou, então, o governo provisório no Paraguai, em 1869. No retorno à Corte, em 1870, virou visconde, o que condizia com seu caráter e suas vastas suíças.

Rio Branco era insuspeito no assunto escravidão. Em "Cartas ao amigo ausente", coluna no *Jornal do Commercio*, criticara as sanções inglesas ao Brasil na crise do tráfico nos anos 1850 e se posicionara contra medidas imediatas no Conselho de Estado nos 1860. Mas, no Prata, mudou de opinião: a convivência com povos vizinhos o fez ver que "a permanência desta instituição odiosa no Brasil nos vexava e nos humilhava ante o estrangeiro". No fim da guerra com o Paraguai, em 1869, em aliança com o conde D'Eu, aboliu a escravidão por lá. E, ao justificar o ato no Senado, em 1870, avançou: "No estado em que se acha a questão, ela deve ser resolvida" no Brasil.³

Assumi o gabinete pouco depois, "ao ponto da carreira política em que o estadista não pode mais representar o segundo papel". Amor à matemática, experiência em negociação, pendão modernizador e sangue-frio proverbial fizeram de Rio Branco o capitão capaz de atravessar o mar bravio no qual São Vicente naufragara. No dizer de seu fã Joaquim Nabuco: "Todos os outros foram diletantes; só ele foi profissional".⁴

Reformador, via-se por onde passara, daria essa marca ao seu

governo, o mais longo e bem-sucedido do Segundo Reinado, com propostas de mudanças no sistema eleitoral, na Justiça, na Guarda Nacional, na instrução pública. E, ante o cenário internacional de trabalho livre e associativismo abolicionista doméstico, supôs que, na reforma de instituição basilar, melhor seria que o comando coubesse, como no fim do tráfico, aos Conservadores.

Barão de Cotegipe e Paulino Soares de Sousa, duas outras lideranças Conservadoras emergentes, discordavam, priorizando a reforma eleitoral. Mas, então brigados, abriram espaço de manobra a Rio Branco, que pediu sustentação parlamentar a Cotegipe para a liberdade do ventre, com garantias à propriedade presente, pois o statu quo seria já impossível em face da "torrente da opinião pública". Em troca, um ministério. Cotegipe preferiu outro cargo, o de ministro plenipotenciário no Prata. Longe, nem apoiaria, nem obstruiria. Rio Branco usou a estratégia de neutralização com outros renitentes.⁵ Diminuiu vetos, porém para o ministério conseguiu só moços deputados, quando o usual era agregar senadores.

O gabinete tinha dois meses quando o imperador deixou o Império, em licença por um ano. Ia colher eflúvios da futura lei abolicionista na Europa, denunciaram os deputados Conservadores Andrade Figueira e José de Alencar. E, acrescentou um Liberal, deixava no trono a princesa inexperiente, casada com forasteiro, em meio à maior reforma do reinado, o que seria o mesmo que "sacrificar o futuro da filha e sacrificar o país, atirando-o em agitação sem um governo forte. Mas a verdade é que ele [d. Pedro] não sabe o que deve querer e no fim de contas, com todas as suas qualidades pessoais, não passa de um tolo politicamente falando".⁶

A jovem regente ficou com a glória eventual, e Rio Branco com o inferno certo da resistência.

Rebouças levou suas ideias a mais esse visconde, conhecido da Sain e da Politécnica, em quem via um lutador frio, exibindo sempre as mãos fechadas prontas para o soco.⁷ Nervos certos pa-

ra a circunstância, pois a tramitação da primeira medida antiescravista desde o fim do tráfico se afigurava uma guerra.

Rio Branco encaminhou projeto à Câmara, em 12 de maio de 1871. Era o sumo das propostas de São Vicente, de 1866, ao conselho de Estado, um pouco modificadas pela comissão especial da Câmara de 1870, e tinha dez artigos. O chefe de gabinete comunicou os pontos-chave ao plenário. O primeiro e principal previa, como a Lei Moret espanhola, liberdade do ventre com aprendizagem, isto é, o filho de escrava nascido a partir de 1871 ficaria até os oito anos sob a guarda do proprietário, que, então, optaria por entregá-lo ao Estado, mediante indenização, ou usufruir de seu trabalho compulsório até os 21 anos. Além disso, abriam-se três possibilidades de libertação. Uma pelo pecúlio, o direito do escravo poupar para comprar sua alforria — sem autorização de seu senhor. Outra era o direito de redenção, compra da liberdade por terceiros — o que associações abolicionistas já faziam. A terceira era um Fundo de Emancipação, alimentado por loterias e impostos, para a compra anual de manumissões, com sorteio dos favorecidos.⁸ De imediato: restrição de castigos corporais extremos, matrícula de escravos (censo da escravaria) e libertação daqueles de propriedade do Estado.

O projeto sinalizava mudança paulatina de efeitos longínquos. Discutia-se o futuro. Rio Branco, por isso, esperava objeções dos abolicionistas. “Nunca pensei, porém, que da parte daqueles que tendem antes a conservar o statu quo do que a modificá-lo, se levantassem tantas apreensões, tanta celeuma.”⁹

A RETÓRICA ESCRAVISTA

Quando tomou a frente da reação ao projeto de Rio Branco, Paulino Soares de Sousa contou com o melhor dos aliados, o sen-

so comum. A escravidão tinha a seu favor a longevidade como forma naturalizada de desigualdade. Fenômeno do reino das coisas dadas, tidas e havidas, inscritas no cotidiano e na paisagem. Hierarquia tão legítima quanto a que punha homens no mando das mulheres, provecos na gerência dos jovens, aristocratas no comando da plebe.

David Brion Davis identificou três linhagens de justificação do escravismo no Ocidente. Uma, a partir de Aristóteles, considerava natural a supremacia de senhores sobre escravos. Outra, de iluministas como Voltaire, Kant, Hume, deu cor à diferença, hierarquizou brancos e negros. A terceira maneira veio da religião e justapôs escravidão e pecado, lastreando-se em episódio da Bíblia em que Deus pune o fraticida Caím com uma mancha negra indelével e hereditária na pele. Esses três raciocínios deram os pilares do repertório moral¹⁰ escravista no Ocidente, um conjunto de esquemas interpretativos que legitimaram situações escravistas nas colônias inglesas, francesas, portuguesas e espanholas,¹¹ e ao qual Paulino e seus partidários recorreram para se opor ao projeto do ventre livre.

Foi necessário adaptá-lo à tradição local. Por aqui a tópica da mancha de Caím apareceu menos que entre estadunidenses e hispânicos. Católicos, como o padre Vieira, justificaram a escravização como caridade cristã, um meio de salvar uma alma danada. O deputado Conservador José de Alencar andou nesse trilho: o cativo teria sido benéfico para o cativo, ao livrá-lo da guerra e do fetichismo da África. Escravidão como civilização, corroborada pela “mais sã doutrina do Evangelho”. Em discurso na Câmara, na discussão do ventre livre, em 1871, mencionou corroboração bíblica: “Servos, obedecei a vossos senhores”.¹²

A racionalização, forte no escravismo estadunidense, aqui se mitigou. Em sociedade aristocrática, a estratificação estamental garantia a ordem, sem exigir argumentos raciais explícitos, em-

bora nem por isso ausentes. Para ficar em José de Alencar, seu *O tronco do ipê*, lançado durante os debates do ventre livre, apresenta um personagem, o velho africano pai Benedito, como “um grande bugio negro”, bruxo pactado com o demônio, que animava, sob o ipê, “um samba infernal”, “batuque endemoninhado”. Animalesco e demoníaco, danação racial e inferioridade cultural (a feitiçaria), coquetel do qual o negro emerge um bárbaro. Por isso escamoteado na representação da nacionalidade em *O guarani*, que, como outras novelas, poemas, pinturas, de começos do Segundo Reinado, reduzia a nação à comunidade imaginada de aristocratas, portugueses e autóctones, com expurgo do africano.

Ao contrário do estadunidense, explícito, o escravismo brasileiro operou com técnica de invisibilização. O escravo ganhou nos enredos seu lugar nas casas senhoriais, o de pano de fundo. Qual na retórica espanhola, compareceu o bordão da excepcionalidade da escravidão na América abaixo do Equador, fundada na cordialidade senhor-escravo, um patriarcalismo amortecedor de conflitos e até superior à organização social europeia, na opinião de outro personagem de *O tronco do ipê*, um conselheiro, que se jactava: “Eu queria, disse ele concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo [a festa de Natal dos escravos], para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem os cômodos e gozos do nosso escravo”.¹³

A tópica da candura da escravidão patriarcal acha complemento na ingratidão do escravo, em outra obra de Alencar. Na peça *O demônio familiar*, o moleque Pedro, motor da comédia de erros, é um escravo tinoso. Acolhido com bonomia por seus senhores, revela-se “réptil venenoso”, semeia confusões. Embora a família patriarcal se ajeite ao fim, o jovem escravo é exemplarmente punido. Seu corretivo, pior que açoite, é a perda do amparo de uma família patriarcal. A liberdade como castigo: “Eu o

corrijo, fazendo do autômato um homem; restituo-o à sociedade; porém expulso-o do seio da minha família e fecho-lhe para sempre a porta de minha casa. (A PEDRO) Toma: é a tua carta de liberdade, ela será a tua punição de hoje em diante”.

O Alencar membro do Partido Conservador prolonga o Alencar ficcionista. Suas *Cartas de Erasmo* ao imperador, de 1867 e 1868, quando o tema esquentava no Conselho de Estado, pintaram a escravidão como instituição natural, típica da infância das sociedades e crucial para a formação do Estado, a colonização e o povoamento do Brasil: “Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto. [...] a raça africana entrou neste continente e compôs em larga escala a sua população [...]. Eis um dos resultados benéficos do tráfico”.

Essa defesa sinuosa da escravidão foi suficiente enquanto ela esteve sob ataques raros e tíbios. Nos debates do projeto do ventre livre na Câmara dos Deputados, Paulino reconheceu o silêncio como uma estratégia: “A questão servil! É ponto este, sr. presidente, em que me enuncio forçado pela necessidade do debate, pois sobre ele formei o propósito de não manifestar-me”.¹⁴

Apenas ante a ameaça concreta, a expansão das sociedades abolicionistas no fim dos anos 1860 e o projeto do ventre livre, o escravismo desabrochou aqui como uma *retórica da reação*.¹⁵ Contudo, a conjuntura internacional, na qual o repertório moral abolicionista estava consolidado, compeliu os escravistas brasileiros a tocar seu escravismo antes como música de câmara do que como sinfonia. Se o escravismo estadunidense fora sistema coeso e desabrido de apelo à desigualdade racial e à retórica religiosa, o nosso foi enrustido. Em vez de escravistas de princípio, com legitimação enfática, tivemos escravistas *de circunstância*: compelidos pela conjuntura a justificar a situação escravista, sem defender a instituição em si, que, reconheciam, civilização e moral condenavam naquela altura do século. A escravidão seria cancro a minar

o organismo social traiçoeiramente, o maior dos inimigos porque de dentro, demônio familiar. Mas seria forçoso mantê-la, dadas as circunstâncias — a imperiosa economia. Ou, como respondera o imperador aos abolicionistas franceses, em 1866, a liberdade era princípio nobilíssimo, mas “as circunstâncias penosas nas quais se encontrava o país” obrigavam a retardá-la. Retardar em meio século, acrescentou um membro da comissão da Câmara designada para dar parecer sobre o projeto do governo Rio Branco.¹⁶

“Pereça a sociedade, mas salve-se o princípio”, não é de certo sentença que deva ser proferida por aqueles que receberam dos povos o sagrado mandato de vigiar na guarda de seus direitos e segurança. Pouco importa que legisladores de outros países a tenham praticado [a abolição]. *As nossas circunstâncias são muito especiais.* [...] Eu, senhor presidente, também sou emancipador, mas [...] não quero que a emancipação, em vez de um benefício, seja uma desgraça para todos. [...] É por isso que me oponho à ideia. Se o nobre ministro [Rio Branco] tratasse de preparar o terreno, durante quarenta ou cinquenta anos, e depois desse tempo viesse às Câmaras e dissesse: “Decretamos a emancipação dos escravos”, eu seria o primeiro a bendizer ao ministro e a dar-lhe o meu voto.

Na Câmara e no Senado, em 1871, avançou-se por esta verdade: a defesa não da escravidão, mas da situação escravista. Homens de bem, cristãos e civilizados, forçados por imperativos econômicos e políticos, defendiam apenas o adiamento de medidas abolicionistas. “Ninguém” — discursou Paulino — “sustenta aqui a perpetuidade da escravidão (*Apoiados*). [...] Neste século das luzes para homens que professam a lei do Evangelho a causa da escravidão está julgada e para sempre!” Contudo, o princípio precisava se amoldar à circunstância:

A questão de que tratamos é por sua natureza uma questão toda prática e na qual a solução não pode ser determinada por princípios absolutos. [...] os pontos que interessam no debate são a apreciação das circunstâncias do país [...]: o dever de todos nós é não deixar irrefletidamente expor o país a uma crise violenta, acautelar antes de tudo e defender os grandes interesses de nossa pátria. [...] sem atentar contra a propriedade, sem perturbar as relações existentes, sem prejudicar os grandes interesses que infelizmente estão ligados e por muito tempo hão de firmar nessa instituição (*Apoiados*).¹⁷

Difuso, sinuoso, fragmentário, o *escravismo de circunstância* transpirou em discursos parlamentares de oposição ao projeto do ventre livre. Na Câmara, Paulino Soares de Sousa encabeçou a oposição, acompanhado de muitos, como José de Alencar. Oposição numerosa e aguerrida, de homens dispostos a legitimar o statu quo escravista, validos dos três argumentos típicos da retórica da reação: o efeito perverso da reforma, sua futilidade e a ameaça que representaria para a ordem social.¹⁸

Na Câmara, a tópica do efeito perverso apareceu como alerta. O tiro abolicionista sairia pela culatra. Como a escravidão se enraizava na economia e nos hábitos sociais, medidas graduais, em vez de avanço, trariam instabilidade social. Das boas intenções nasceriam as consequências nefandas, frisou Alencar: “Senhores, não defendo aqui unicamente os interesses das classes proprietárias, defendo sobretudo essa raça infeliz que se quer sacrificar”, pois seria como dar o fogo sagrado a Prometeu conceder a liberdade “a essas massas brutas”, despreparadas. O ventre livre partiria famílias em livres e escravos, acendendo a chama da revolta nos não beneficiados. Veneno em vez de remédio.

Essa maneira de abortar a reforma, sem obstá-la de frente, antes apontando seus efeitos imprevistos e contraprodutivos, apareceu também no Senado, onde se argumentou que isso de esca-

vistas no Brasil eram aleivosias; havia homens de bom senso, com sua inseparável companheira, a prudência: Segundo um senador, “ninguém no Brasil combate a emancipação [...]. Porém quer-se um procedimento racional, prudente e prevenido, não se sacrificando a propriedade atual e o descanso e a segurança da maioria dos cidadãos brasileiros ao triunfo precipitado de uma ideia, por melhor que ela seja”. Exemplos provariam o infausto de andar ligeiro, aí estava a Guerra Civil Americana. Na Espanha se “marcha com prudência”. Disso careceriam os brasileiros. Como legislar na falta de censo da população escrava? Que o ministério antes o providenciase. Como alterar o statu quo às portas do processo eleitoral? Que se aguardasse o novo parlamento. Ponderação, ponderação. “Essa reforma afeta gravemente todas as fortunas, põe em risco a ordem pública [...]” E os resultados? Incertos. “Uma só palavra que deixe perceber a ideia de emancipação, por mais adorada que ela seja, abre a porta a milhares de desgraças... Os publicistas e homens de Estado da Europa não concebem a situação dos países que têm escravidão. Para cá não servem suas ideias.”¹⁹

O visconde de São Vicente, malsucedido como chefe de governo no ano anterior, se tornou, em 1871, apoiador do projeto de Rio Branco e exortou o plenário: sem o ventre livre, a escravidão permaneceria como aquele barril furado que as Donaides estavam condenadas a encher ininterruptamente. Paulino replicou que essas cinquenta filhas do rei de Argos foram, um dia, desincumbidas da tarefa. Tudo acaba neste mundo, até penitência grega. Bastava esperar. A escravidão, completou um ex-chefe de gabinete, seria “chaga em que se não deve tocar”, por si só murcharia como antes florescera, pelo curso natural das mortes.²⁰

O segundo argumento contra o ventre livre foi o da inutilidade de qualquer iniciativa legislativa. Para Alencar, o fim da escravidão teria de ser um “fato natural, como foi a sua origem e desenvolvimento. Nenhuma lei a decretou; nenhuma pode derogá-la”. Cos-

tume resistente à caneta de legislador. As leis sociais impediriam alterar as estruturas profundas da sociedade por ato político, a reforma do governo era, assim, uma ilusão. Paulino Soares de Sousa reforçou: o ventre livre, se aprovado, se tornaria letra morta, por afrontar a sociedade e seu modo de vida. Qualquer lei abolicionista seria fútil, capaz de mover apenas a superfície social — mudar para ficar no mesmo.²¹

Palavras assim transbordaram na reunião do Partido Conservador que Paulino organizou em casa, cinquenta parlamentares presentes, para orquestrar a oposição ao projeto do gabinete Rio Branco. Andrade Figueira, que fizera o mesmo na Câmara, apontou aos correligionários a “grande inconveniência de legislar-se sem dados, que só a estatística podia fornecer, e que talvez por si sós bastassem para demonstrar a possibilidade de uma solução lenta e suave, sem abalo da riqueza pública e particular, e respeitando todos os direitos”.²² Além do que, a situação de escravidão produziria indivíduos incapazes, precisados de regramento e orientação. Deus criara a sociedade com uns no topo e outros na base, o fim de uma hierarquia apenas iniciaria outra. Daí a inutilidade do ventre livre. A boa política era o *fare niente*.

Paulino a praticava. Converteu a habilidade de operar, lapidada durante sua atuação como ministro no gabinete de seu tio Itaboraí, na de obstruir. Acusou Rio Branco de irresponsável, ao lançar na ordem do dia problema que apenas Cronos resolveria. Não atinava como o chefe de gabinete, fiel a esse deus em 1867, quando no Conselho de Estado defendera transição de vinte anos, agora o trocava por outra divindade, Marte, o deus da guerra, pois a abolição destruiria seu partido.

Na operação para desmoralizar Rio Branco, Paulino o pintou como autoritário: premia a minoria no Parlamento, recusava-se a negociar, desrespeitava regimentos e a etiqueta política. Sem temer a contradição, acusou-o também de moço de recados do

imperador. Se assim fosse, bradava, haveria vício de origem, o projeto se tornaria inconstitucional, pois ao Poder Moderador era vedado iniciar legislação. Paulino discursou pouco, mas ao ponto, imbatível em torcer raciocínios adversários, pinçando em abolicionistas europeus — Tocqueville, Grey, Broglie, a Anti-Slavery Society britânica — advertências acerca da abolição por “meias medidas”. O desenvolvimento moral, econômico e político, se-guia, seria mais eficaz para extinguir a escravidão “do que essa medida [o ventre livre] antijurídica, injusta, perturbadora, imprevidente, desumana e opressora, por meio da qual se quer obter a emancipação da geração futura com menospreço [sic] do direito e sacrifício de grandes interesses”.²³

O terceiro, recorrente e contundente argumento contra o ventre livre foi o da ameaça que representava para a ordem pública. Muitos antes o tinham dito, a simples tematização causaria a inquietação entre os proprietários de escravos. Andrade Figueira, que apreciava uma hipérbole, chamou o projeto de Rio Branco de bombardeamento sobre os fazendeiros. Destruiria a economia, desestabilizaria a ordem social, ao libertar filhos e manter cativas suas mães. Plantaria a semente da revolta escrava, tema onipre-sente, até versificado por membro da elite imperial:

*Conspira a escravidão, sempre irritada
Contra a mão que a subjuga, e vingativa
O crime injecta nos virgínios lábios
Do infante que amamenta, e que aborrece [...],
Sem vontade, sem crença, atado ao jugo
Do plaustro errante do senhor que odeia [...].²⁴*

Uma retórica do medo de dois pés: desorganização econômica e desordem social e política. Contra o idealismo ingênuo, um realismo amargo: ninguém desejava a escravidão, mas, disse

Alencar, “um sopro bastará para desencadear a guerra social, [...] lançar o Império sobre um vulcão”. Os contra-abolicionistas lem-bravam, como seus sucedâneos cubanos, exemplos malsucedidos. Abolição rimava com convulsão, como a Guerra Civil Americana ou a revolução escrava do Haiti. Um deputado acrescentou que o projeto traria desorganização do trabalho e do sistema de proprie-dade, pois um dependia do outro.²⁵ Rebelião de escravos, frag-mentação do país, queda da monarquia; iriam abaixo a ordem social e o equilíbrio político a custo alcançados no início do Se-gundo Reinado. O ventre livre seria como a caixa de Pandora, continha todos os males do mundo.

Embora ausente dos debates de 1871 (estava no Prata), o barão de Cotegipe, quando ministro do gabinete Itaboraí, em 1870, alertara para a guerra, a seu ver pior que a do Paraguai, que adviria da abolição, pedra “que rolava da montanha e que nós não a devíamos precipitar, porque seríamos esmagados”. Alencar pro-longou a metáfora: a pedra “rolará até o abismo”, de modo a “pro-voocar a guerra civil”. Daí sua promessa: “Me empenharei com todas as forças” contra a “ideia funesta que é a do ventre livre”.²⁶

No confronto entre o governo e os interesses máximos do país, o lado de Alencar estava claro. Economia, cristianismo, civi-lização e o “culto da liberdade” aconselhavam manter a escravidão. Apenas inconsequentes imitadores de estrangeiros dissentiriam: “Vós, os propagandistas, os emancipadores a todo o transe, não passais de emissários da revolução, de apóstolos da anarquia. Os retrógrados sois vós, que pretendeis recuar o progresso do país, ferindo-o no coração, matando a sua primeira indústria, a lavou-ra”. Em Rio Branco via o “emancipador fanático”, um revolucio-nário que desonrava a tradição de zelo pela ordem do Partido Conservador. “Propala-se que o governo pretende fazer a emanci-pação já, à mão armada, de chofre, porque é isto o que exige a sociedade abolicionista (*oh, oh, muitos apoiados e não apoiados*).”

Com seu talento de escritor, Alencar deu a forma mais bem-acabada ao escravismo de circunstância na reação ao projeto do governo, que via como “uma conjuração”, “pretexto de revolução”, que produziria “ruína da propriedade”, “miséria pública”, “descalbro da sociedade”. Por tudo isso, exortava seus colegas deputados a votar contra o ventre livre, medida “iníqua e bárbara”.

Nem Alencar nem Paulino demandavam perenidade da escravidão. Concordavam com o imperador: a abolição era questão de forma e oportunidade. A primeira, ordeira; a segunda, longínqua. Ao apressar o ritmo social, os abolicionistas se sabotariam, pois evolução ligeira desandaria em revolução. E aí, mais que a ordem escravocrata, se perderia toda a ordem social. A abolição, Alencar resumiu num arroubo retórico, seria “Eróstrato, obreiro da destruição”, e os abolicionistas, “para mim são apenas obreiros de ruínas”.²⁷

Essa oposição convicta ao ventre livre veio de hostes conservadoras, a maioria na Câmara, mas algumas bocas da pequena minoria Liberal cantaram melodias assemelhadas. O taquígrafo registrava nos debates a sustentação dos argumentos escravistas com muitos “bem” e “apoiados”. A escravidão era valor compartilhado pela elite imperial, corporificado em seu modo de vida, osso e músculo do Segundo Reinado. Poucos a explicitaram no debate público com a virulência de Alencar ou a sem-cerimônia do Liberal Martinho Campos, que se declarou “escravista da gema”; no entanto, apenas gritavam o que um mundo inteiro ameaçado pela mudança cochichava.

O escravismo de circunstância, essa retórica de defesa do modo de vida escravocrata, sustentou um ativismo, o escravismo político, conjunto de práticas de resistência: petições, discursos, panfletos, artigos de imprensa, folhetins, versos, reuniões, bloqueio nas instituições políticas e articulação de braço na sociedade, os Clubes da Lavoura. Por esses veículos muitas vezes se valeram do termo “revolução” para nomear a proposta do governo e o que se poderia fazer contra ele, como registrou um então deputado:

Ecoavam em todos os pontos do Império brados dos lavradores [...]. Nos municípios da província do Rio de Janeiro, Minas e São Paulo reuniram-se os fazendeiros, e dirigiram representações às Câmaras contra a proposta do Ministério, abriram subscrições para subsidiar a imprensa e nomearam comissões encarregadas de defenderem seus interesses [...].²⁸

A resistência se levantou espontaneamente, disse Paulino. Falso. Houve uma deliberada ação política de arregimentação de opositores, a começar por seu dileto Martinho Campos, que criou o Clube da Lavoura e do Comércio, em maio de 1871, com o fito de combater o ventre livre. Associações similares se organizaram entre 1869 e 1871. Negociantes da praça do Rio de Janeiro fizeram *meeting* de protesto na capital do Império, e Paulino levou a plenário petições coletivas de lavradores e comerciantes. Chegaram 33 delas à Câmara e onze ao Senado, em 1871, somando 1997 assinaturas, afora artigos e folhetos apócrifos, mal-educados, violentos.²⁹ A larga parte da sociedade fundada na escravidão não abriria mão dela fácil, nem logo.

Paulino comandou essa resistência com o afinco com que polia suas abotoaduras. Adiante dividiria o serviço com o aveludado Cotegipe e com o boca-rota Andrade Figueira. Em face da ameaça abolicionista, vingou essa trindade de Conservadores Emperrados de alma escravista.

MOBILIZAÇÃO

Paulino acusou Rio Branco de propor o ventre livre de moto-próprio, sem “um reclamo da opinião”. Não era bem assim. Enquanto Câmara e Senado purgaram penoso debate, jornais reportavam em minúcias o processamento institucional do projeto do

ventre livre, durante o qual o recinto da Câmara ficava cheio de interessados e curiosos. Havia mobilização tanto do lado escravista como do abolicionista. Rio Branco várias vezes evocou em seu favor “essa força invisível, mas poderosa, a da opinião pública”, apoiada nas associações particulares. Lembrou ao Senado que panfletos, jornais e associações abolicionistas se espalhavam. Várias sessões da Sain, de que Rebouças e Abílio Borges seguiam membros, discutiam abolição e imigração em concomitância com a tramitação parlamentar do projeto. Em 15 de junho, Rebouças ali discursou contra um projeto de imigração chinesa, nova forma de servidão, que se aventava para suprir o declínio da mão de obra escrava se o ventre livre fosse aprovado.³⁰

Rebouças nunca ficava sozinho: 25 associações antiescravistas se formaram em curva ascendente durante os debates do ventre livre entre 1869 e princípios de 1871, em onze das vinte províncias do Império. Distribuição geográfica explicável mais pela política que pela economia, pois eclodiam onde os Liberais, sub-representados no Parlamento, em especial membros de sua facção Liberal Radical, movimentavam o espaço público. Foi o que se passou em São Paulo, onde surgiram duas sociedades, e no Rio Grande Sul e Pernambuco, palco de três cada. A proximidade com os Liberais animou também cinco grupos na Bahia e outros dois no Ceará. Na capital do país apareceram mais duas, e Maranhão, Amazonas, Espírito Santo e Piauí sediaram uma associação cada. Várias sociedades se mobilizaram a propósito do projeto do ventre livre, e duas delas, uma baiana, outra pernambucana, enviaram à Câmara requerimentos em apoio ao projeto do governo.³¹

Abílio Borges, da Sociedade Libertadora 7 de Setembro, voltou a usar o expediente que surtira efeito com os abolicionistas franceses em 1866, o método bumerangue. Dessa vez, solicitou auxílio da religião, que já socorrera o abolicionismo na Inglaterra e nos Estados Unidos. Foi ao papa, em 1870, pedir sua intervenção

em favor do fim da escravidão. Pio IX ofereceu tão somente seu préstimo junto a Deus. Borges ironizou a negativa, retorquindo que seria preciso elevar sua voz aos céus para que os escravistas do Brasil a ouvissem. O pontífice continuou falando baixinho e a Igreja seguiu sem condenar a escravidão.³²

Borges valeu-se, então, das cerimônias cívicas. A sessão da Libertadora 7 de Setembro, em abril de 1871, causou sensação na Bahia, graças à mise-en-scène de um ex-aluno de Borges: Antônio de Castro Alves. Em leitura dramática de uma “Carta às senhoras baianas”, deplorou o alijamento das mulheres da política partidária e as conclamou a se alistar no abolicionismo: “Vós tendes, minhas senhoras, o dever e o direito de protestar e condenar nesta questão [...]. As ondas hiantes do século já apagaram ao longo das duas Américas todas as instituições escravocratas. O dilúvio da abolição veio lavar os continentes para as novas gerações. Só em torno desta terra brasileira é que roem as vagas a base do último rochedo, que abriga as coisas que hão de morrer”.

No Rio de Janeiro, a Sociedade 2 de Julho organizou conferência no Teatro São Pedro. Lá estava Rebouças, equilibrando-se entre suas três paixões: as obras — tentava criar uma Companhia das Águas —, as óperas e a abolição. Compareceu também à sessão de 27 de junho, no Teatro Lírico, quando a Companhia Fênix Dramática libertou uma menina de dois anos em cena aberta. Uma cerimônia muito ao estilo Borges, na qual o ator principal apelou comovido ao imperador ausente, dizendo que “Deus ainda não dissera de que cor eram os seus anjos, que todos homens eram iguais: negros, brancos ou de qualquer cor”.³³

A mobilização ganhava capilaridade. Eventos no estilo Borges aconteceram no Rio Grande do Sul e, como em resposta ao chamado de Castro Alves, crescia o apoio de senhoras da elite social. Um dos libelos pró-gabinete era da primeira mulher estudante da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que publicou

e enviou ao Parlamento, em 1871, suas *Ideias por coordenar a respeito da emancipação*, em que apontava o contrassenso institucional entre escravidão, “cancro social” e monarquia constitucional, e defendia a emancipação paulatina.

Rebouças, de seu lado, esboçara três quadros sintetizando seus projetos de emancipação, que punham limite à escravidão em 1890, e os levou em junho a Rio Branco: “Conversamos sobre a liberdade do ventre”. O Rio de Janeiro só tinha esse assunto. Rebouças se guiou pelo modelo estadunidense, de onde surgira a ideia de criar a Libéria, um país na África para onde reexportar os ex-escravos. Preferiu, contudo, terreno doméstico e no enclave escravocrata, conforme disse em nova visita ao chefe de governo: “Sustentei a ideia da criação de uma grande fazenda normal, de uma Libéria, com emancipados e colonos, para a propaganda no Vale do Paraíba, no centro dos escravagistas, dos são princípios do trabalho livre”. Semeando esse vento, colheu sua tempestade: foi acusado apocriamente na imprensa de partilhar as teorias de Proudhon. Em compensação, saboreou o chefe de gabinete bravejar na Câmara “contra as chicanas dos escravagistas”.³⁴ É que, desde a apresentação de seu projeto, Rio Branco navegava no mar remoto. Arregimentava uma armada. Precisaria dela para enfrentar Paulino e seu batalhão de resistentes.

TRAMITAÇÃO

Rio Branco, lembrou Paulino, tirara lição de imobilismo da Guerra Civil Americana nas *discussões do Conselho de Estado, em 1867*. Mudara de ideia, no espírito de dom Fabrizio, o personagem de *O leopardo*, de Giuseppe Tomasi di Lampedusa, pois calculou que o preço para conservar o statu quo era alterá-lo um pouco. Já Paulino entendia que a semântica de conservar não

comportava o sentido de modificar. Essa diferença separou os Conservadores Moderados, de Rio Branco, dos Conservadores Emperrados, de Paulino, que, em 1871, comandou uma dissidência partidária disposta a tudo contra o “furacão emancipador”.

Rio Branco julgava-se no centro do espectro político e buscava o meio-termo:³⁵ *nem reformaria tanto quanto queriam os abolicionistas na sociedade, nem deixaria tudo igual, o clamor dos Emperrados. Seu projeto indenizava os proprietários, o que poderia facilitar o trâmite, porém não facilitou. A Câmara era majoritariamente Conservadora, o que deveria ajudar, mas tampouco ajudou.*

Antes que se discutisse a substância do projeto do ventre livre, as objeções apareceram e só se multiplicaram nas três rodadas de debates pelas quais teve de passar na Câmara. De um lado, os que estavam com Rio Branco; de outro, os com Paulino. O Partido Conservador quebrou-se ao meio.

Eram precisos 63 deputados para fazer maioria numa casa então de 125 membros. Tarefa difícil, viu-se desde a instalação da comissão especial que daria parecer sobre o projeto. O governo contava com um grupo de convictos, como Rio Branco, quanto à inevitabilidade de alguma reforma em face do epílogo escravista no mundo civilizado; aí se juntavam parte da maioria Conservadora e um naco da minoria Liberal. Outro lote de deputados, mais arisco, aderiu graças ao cabresto do ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira. À frente dos dissidentes chispava Paulino, “eminente disciplinador”, “estrategista parlamentar”, mestre em mandingas regimentais. Acudiu em nome da unidade do Partido Conservador e em “resguardo de direitos”, o de propriedade, contra as “esperanças exageradas”, e pediu a retirada do projeto do governo. Apostava em dissolver a Câmara e virar o jogo na eleição, quando a minoria contava reencarnar como maioria. Rio Branco fez disso questão de gabinete e ganhou no

voto. Mas Paulino mostrou que controlava 35 deputados, cerca de um terço da Câmara.³⁶

Sessões acaloradas, briga renhida, em meados de maio e em todo o mês seguinte, embora o projeto só entrasse em discussão oficial em 10 de julho, quando a dissidência tentou substituí-lo pelo anteprojeto da comissão especial da Câmara dos Deputados, subterfúgio para postergar o início dos debates. Foi assim o tempo todo, obstruções, tergiversações, discursos alongados, apartes exaltados. Na falta de orador resplandecente, Rio Branco fez as vezes da casa. Proferiu 26 discursos, ou 41, contando improvisos e réplicas, sempre atalhado: “Nunca chegarei a responder, desde que me interrompem sem cessar”, reagiu num dia e, noutro, saiu-se com uma tirada: “A vossa irritação é a prova de que a causa que defendeis é má, de que não tendes razão”.³⁷

Não deixava argumento sem resposta, replicava ao vivo e em artigos no *Jornal do Commercio*. Sem ser orador passional, impunha-se por seu 1,95 metro de altura e pela firmeza. Rebateu ponto a ponto a retórica escravista. Contra o efeito perverso, disse que o projeto, longe de prejudicar, era a “melhor maneira de defender os interesses agrícolas”, pois indenizava os proprietários dos “ventres livres” aos oito anos e dava tempo para que se preparassem. Recusou o argumento da futilidade da reforma, a imobilidade é que suscitaria agitação. A prudência de Paulino seria a dos “que chegam sempre tarde por medo de pronunciarem-se muito cedo”. Confrontou a retórica da ameaça: “A manutenção do statu quo não tem perigos e gravíssimos inconvenientes?”. O “aferro aos hábitos, ao statu quo, é que provocam as soluções violentas”.³⁸

Rio Branco era reformador, mas longe do “comunismo” que se lhe impingiu nos debates; ordeiro a ponto de apoiar moção, aprovada por Câmara e Senado em meio ao debate do ventre livre, que condenava a “anarquia selvagem e sanguinária” da Comuna de Paris. Mas aprendia com experiências alheias. A escravidão,

disse aos deputados, acabara na Suécia, Dinamarca, Holanda, colônias francesas, inglesas, portuguesas e na maior parte da América. Nos Estados Unidos, “que podia servir de consolo e de apoio moral ao nosso atraso”, a demora em abolir custara “rios de sangue”, e a Espanha já andava a passos largos, arrastada por “essa influência”. Assim, a abolição “tornou-se um fato quase universal”. A intensificação das comunicações, seguia ele, que logo implantaria o telégrafo no país, punha as questões para além das fronteiras em face da opinião pública internacional. O tráfico acabara por pressão externa. Impossível, pois, “dizer: não nos importa a opinião estrangeira”. “Não podemos encerrar-nos dentro dos muros da China.” Acrescentou a agitação da opinião pública nacional, a disseminação de associações emancipadoras por todo o Império e repetiu o bordão delas, a abolição como corolário da Independência, que estivera no horizonte de estadistas visionários, como José Bonifácio. E cutucou: até o pai de Paulino, o visconde de Uruguai, endossara o fim do tráfico movido pela mesma *real politik* com que ora se propunha o ventre livre.³⁹

Nenhum argumento suplantou o impasse. O presidente da Câmara reuniu governo e dissidentes em casa, buscava concórdia. Paulino permaneceu inflexível, e os governistas tampouco negociaram o cerne do projeto, o ventre livre. Sem projeto alternativo, a minoria obstruía, com plétora de artimanhas: negava quórum, inventava reuniões e festas no horário das sessões, atrasava relógios de deputados, impedia registro dos que estivessem em plenário e tirava de lá os médicos para atender falsos doentes. Tudo a obrigar sobre-esforço do governo para pôr sua base inteira na Câmara. O ministro João Alfredo chegou a arrastar para o plenário um deputado ardente de febre de erisipela. Se a sessão começava, inscreviam-se “quase tantos oradores quantos são os membros que compõem a ilustre dissidência”, resumiu um governista. Para impedir a tramitação do projeto, ou negavam quórum ou protelavam

a discussão. Essa “oposição de parede” evitou várias sessões, até no dia em que o relator explicaria o projeto aos deputados.⁴⁰

A tramitação foi toda custosa. Em 2 de agosto, armou-se um pandemônio. Discutia-se o artigo 4º do projeto, deputados se atalhando. Paulino exigiu votação nominal. O governo caíra a 59 deputados e a dissidência crescera a 39. Corpo a corpo, discurso sobre discurso, para impedir novo artigo de entrar em votação. Andrade Figueira queimou tempo, discorrendo por uma hora... sobre reforma eleitoral. O presidente o admoestou, a pauta era outra. Sem efeito, antes ao contrário: vários usaram o artil. Os governistas reagiram, requisitando prolongar a sessão. Daí iniciam-se as discussões regimentais. Cruzavam-se muitos apartes de situação e oposição. Só ao fim do dia os governistas conseguiram passar para o debate do artigo 5º. Então a oposição revidou com a acusação ao chefe de gabinete de subserviência ao imperador. Em geral parco de gestos, apenas tamborilava o indicador na mesa enquanto ouvia o adversário, Rio Branco passou de alvo que era à vermelhidão. Bradou ao deputado que o atacara a fórmula com que o presidente da Câmara interrompia um orador em descontrolo: “V. Ex.^a não está em estado de deliberar!”. A minoria se pôs de pé, aos gritos: o chefe de governo quebrara o protocolo, desrespeitando a presidência da Câmara. A maioria igualmente se levantou, em defesa do chefe de governo. Instalou-se a confusão. O presidente da casa repreendeu Rio Branco: “Sr. ministro não pode servir-se dessas palavras em relação a um membro da casa”. Aí grassou de vez a balbúrdia. Nervos saltando nos pescoços de deputados à beira de voarem uns sobre os outros. As galerias invadiram o plenário. “Nem mesmo nos dias agitados da maioridade foi o recinto da Câmara teatro de cenas semelhantes”, depôs um dos presentes. Em meio a “alarido infernal, de gritos e campanhas”, o presidente da Câmara se demitiu. Sessão suspensa. O entorno do edifício se cercou de gente agitada. O chefe de go-

verno, honrando a frieza que Rebouças nele detectara, saiu impávido. O povo se abriu em duas alas para que passasse.⁴¹

Na semana seguinte, a batalha foi em torno da eleição do novo presidente da Câmara. Cédulas falsas pulularam, obrigando a que se repetisse a votação. A minoria distribuiu folheto incitando a invasão da Câmara, o que o gabinete evitou chamando a polícia. A essas duras penas, o governo elegeu um membro de sua base para o comando da casa, um passo decisivo. Daí por diante, o novo presidente da Câmara pôs para andar a votação dos artigos do projeto, amparado em dois esteios: maioria e coragem. João Alfredo, o “para-raios ministerial”, providenciava a primeira: caçava deputados em casa e punha sentinelas para que ficassem em plenário. Coragem para rolha, isto é, pedir o encerramento do debate ante dissidência raivosa, era custoso. A cada sessão, João Alfredo literalmente empurrava — parece que com bastante força — para a tarefa um deputado vítima, sobre quem caíam vitupérios, e ficava de guarda até o artigo chegar a voto. Esse expediente garantiu a passagem do projeto nas segunda e terceira discussões na Câmara.⁴²

Tudo sob veementes protestos dos dissidentes, como depôs um deles: “Chuveiro incessante de apartes que perturbavam os oradores, e ameaças até de pugilatos físicos”. Barrar sem cogitar alternativas. Só ante a derrota anunciada, como última manobra, o bloco dos contrários apresentou substitutivo, que repetia artigos do projeto do governo, excluído o principal, o ventre livre. Serviço do Conservador Perdigão Malheiros, que, embora tido até então por abolicionista, serviu de expressão para o Clube da Lavouira na Câmara. Quando o plenário descartou o substitutivo, o proverbial autocontrole de Paulino fez água, “porque meu espírito está debaixo de dolorosa pressão vendo meus parentes, meus

amigos, meus comprovincianos e tantos brasileiros na mais triste expectativa, dominados por fundadas inquietações e temores, ameaçados na vida, na propriedade e em interesses dignos da maior consideração”.⁴³

O chefe dos impugnadores, como então o chamaram, acusou por quatro horas golpe do governo contra a minoria, inconstitucionalidade do projeto, intervenção do Poder Moderador. Intolerável — disse — impor ao país reforma que alterava um estado de coisas amparado em leis anteriores e no direito de propriedade. As consequências desastrosas que dela haveriam de vir se derramariam por três campos. Na economia, quebra de fortunas, desorganização de trabalho e produção; na política, o descrédito das instituições acarretaria quiçá uma revolução; e a lei desbarrancaria a própria cultura aristocrática, suas hierarquias e costumes, ao “romper muitas relações firmadas em hábitos que se consolidaram no nosso modo de viver”. Em suma, “a escravidão, senhores, é uma instituição, que se radicou em nossa sociedade, prendeu-se ao modo de ser de nossa vida social e com ela formou um todo compacto, do qual não é possível arrancá-la violentamente sem que esse mesmo todo se ressinta e se manifestem perturbações na ordem de cousas que sob diferentes aspectos com ela afinal veio a fazer corpo”. Perigo dos perigos, a abolição feriria toda “uma ordem de cousas que repousa na fé social”.

Rio Branco brandia abolicionismos estrangeiros, seguiu Paulino, mas deles destoava em procedimento, pois os governos inglês, francês e espanhol teriam defendido os interesses dos proprietários. A Inglaterra, insistiu, resistira por um quarto de século em respeito aos colonos de além-mar, assim como a França, que encomendara recenseamentos e pareceres antes de avançar medidas. Exemplo seria a Rússia, dele Paulino tirou lição contrária à que Jequitinhonha tirara nos anos 1860. Em vez de ver aí incentivo para apressar, frisou o oposto. O tzar, disse, ouvira pro-

prietários, cujos delegados, reunidos em assembleia nacional, discutiram por três anos e meio 331 projetos de comissões provinciais. Eis aí, Paulino exultava, maravilha de processo decisório. Já o governo brasileiro empurrava os proprietários para o precipício. Seriam secundados pelo regime. O ventre livre faria com “que se divorciem da monarquia classes como o comércio e a lavoura que a têm até hoje firmemente apoiado. [...] Ou pensa o sr. presidente do conselho que a monarquia constitucional no Brasil pode dispensar o apoio das classes mais consideradas da sociedade?”. Homem sereno, Paulino se irritou: “Que lei é esta que apela para o sentimento e coloca com ele em luta manifesta o interesse? (Muito bem)”. Conclusão: “a Emancipação simultânea, quer imediata, quer diferida [progressiva], é atualmente inaceitável no Brasil”.⁴⁴

Entre elevações de vozes, ameaças de república e de insurreição tanto de escravos como de proprietários, xingamentos políticos, outros nem tanto, oradores enervados, lenços empapados e, até, sopapos trocados, a minoria estrebuchou. A tramitação do ventre livre transcorreu como o que de fato era: o fim de um mundo.⁴⁵ A minoria embirrou até com o singelo último artigo do projeto: “Ficam revogadas as disposições em contrário”.

Rio Branco tratou a luta como se fosse de vida ou morte. Tudo via, tudo monitorava, trazia o almoço para o plenário e dormia vestido para economizar tempo de manhã. Segundo um adversário, tinha amizades nos dois partidos, fosse por conta do respeito alcançado com a carreira, fosse pelas maneiras suaves e cavalheirescas, e as usou todas. Costurou, explorou divergências dos Conservadores entre si, fez embaixadas a opositores, abusou de macetes regimentais, da patronagem e, na opinião de um dissidente, mesmo de corrupção; com a caneta de nomear e demitir, garantiu o alinhamento de deputados funcionários públicos. Ira-

cundo, o ex-presidente da casa protestou contra o trator do governo: "Salvem-se ao menos as aparências!"⁴⁶

Manobras do governo, capacidade de liderança, apoio da facção Conservadora convicta como o chefe de gabinete acerca da impossibilidade de postergar pavimentaram a aprovação. Mas não foi só isso.

Ao longo da briga, o governo fez concessões. De um lado, garantiu prerrogativas dos proprietários. O artigo 1º, que libertava os filhos de escrava, mantendo-os sob autoridade dos senhores de suas mães até os oito anos, quando o proprietário poderia entregá-los ao Estado, mediante indenização de seiscentos réis, ou utilizar-se dos serviços do menor até seus 21 anos, recebeu acréscimo: o senhor apenas precisaria comunicar ao Estado sua decisão se não mantivesse o liberto consigo até a maioridade. Assim, a lei perdia efeito imediato. Todas as alforrias previstas ficaram condicionadas à autorização do senhor e caiu o parágrafo do artigo 6º, que libertaria escravos de ordens religiosas. De outro lado, vedou-se ingerência abolicionista na ordem privada escravista, insinuada na primeira versão do artigo 4º, que facultava alforria por liberalidade de outrem. O "outrem", entendido como meio para associações abolicionistas forçarem alforrias, foi suprimido. Uma emenda restringiu o direito do escravo de formar pecúlio com vistas a comprar sua alforria; apenas seria possível fazê-lo com o consentimento do senhor. Desapareceu um dos parágrafos do artigo 7º, que liberaria promotores públicos para representar escravos e libertos em ações cíveis de liberdade.⁴⁷

O rol de amortizações viabilizou a aprovação, em 28 de agosto, com 61 deputados com o governo e 35 renitentes.⁴⁸ No dia seguinte, galerias apinhadas, a Câmara transferiu o problema para o Senado.

Paulino perdeu o round, nunca as estribeiras. Migrou para tratativas que minguassem o pouco em nada no Senado. Lá lide-

rava a reação seu tio Itaboraí, que rateou, em nome dos lavradores, e rebateu na minúcia argumentos do presidente do Conselho. Reclamara antes do rolo compressor do governo, ao que Rio Branco retorquira que nenhuma matéria fora tão discutida no Império quanto sua reforma. E mais o seria, a partir de 30 de agosto, quando o projeto entrou oficialmente na Câmara alta.

Debate curto, porque o ano legislativo se acabava e, na prática, a discussão acontecera simultaneamente à da Câmara. Debate frio, pois os senadores eram calejados na política, muitos amigos entre si, e a vitaliciedade do cargo os lembrava de que se aturariam pelo resto da vida. Ainda assim, a parede de discursos, procrastinações e negativas de quórum se repetiu. O gabinete se achou, de novo, diante da divisão de seu partido. Contava com uns, como São Vicente, pai intelectual da ideia, e Torres Homem, o orador mais eloquente pró-reforma. Mas sofria ataque, como o do barão de Três Barras, porta-voz da maioria das onze petições contrárias ao ventre livre no Senado, várias reivindicando indenizações mais gordas. Esse barão bradou que a lei degeneraria a "relação benévola entre senhores e escravos" na situação de "algozes diante de vítimas" — as vítimas, bem entendido, eram os senhores.⁴⁹

A Câmara era quase unipartidária, mas o Senado tinha de fato dois partidos, de modo que a resistência veio de dois lados. Os Liberais protestaram quanto ao procedimento. Enciumavam-se da glória alheia. Zacarias, autor de quinze dos 47 discursos sobre o assunto no Senado, reclamou que a lei cabia a seu partido; afinal, fora seu gabinete quem levava a questão à agenda institucional, em 1867. Silveira da Mota, autor de projeto abolicionista nos anos 1850, foi o segundo Liberal a mais amolar Rio Branco, uma vez que a reforma vinha avulsa e sem garantias de efetivação.

Oposição Liberal mais dissidência Conservadora protestaram contra o açodamento do governo e discursaram infinitamente, para que o ano legislativo acabasse, e assim forçaram o gover-

no a estendê-lo por três vezes. O chefe de governo respondia em discursos dialogados. Insistia que a reforma interessava à nação, e esperar por outras medidas antes de fazê-la “importaria procrastiná-la indefinidamente, nunca levá-la a efeito”.⁵⁰

O governo ouviu muito insulto, mas, em 15 de setembro, derrubou substitutivos e aprovou o fundamental, o artigo 1º. O estratagema, denunciou Silveira da Mota, foi dar voz à oposição, mas negar-lhe interferência no texto da lei. O gabinete promoveu o encerramento branco da sessão legislativa na Câmara logo que o projeto subiu ao Senado e muitos deputados voltaram às suas províncias. Assim, o Senado ficou entre a cruz, aprovar sem emendas, e a calderinha, emendar e devolver o projeto à Câmara, que só se reuniria no ano seguinte. O mais importante: apesar dos reclamos, a maioria dos senadores Liberais, em linha com o Manifesto Liberal Radical de 1869, votou a favor do projeto, o que permitiu ao governo esnoabar parte da dissidência conservadora. Somadas as razões, aprovou-se o projeto como viera da Câmara, libertando os filhos de escravas nascidos a partir da data.⁵¹

Rigorosamente, liberdade futura, pois os “ventres livres” ficariam até os oito, isto é, 1879, e facultativamente até os 21 anos, isto é, 1892, sob os cuidados do senhor de sua mãe. A lei preservou direitos de servidão sobre a terceira geração, pois se as filhas de escravas tivessem prole antes dos 21 anos, seus filhos ficariam também sob autoridade do senhor. Os libertos pela lei poderiam ser herdados ou transferidos de proprietário, mediante herança ou venda da mãe, permanecendo assim como ativos no mercado de compra e venda de escravos.

Isso se chancelou em 27 de setembro, com 32 votos favoráveis ao governo, com voto decisivo de oito Liberais e boicote de dezessete Conservadores, entre eles Itaboraí. O metódico Rebouças registrou o tempo exato da aprovação do ventre livre: “Vota-se afinal no Senado a emancipação entre flores (1,55 minuto)”. Os

aboliconistas eram suficientes para lotar as galerias. Proibidos de manifestação verbal, emprestaram do repertório teatral aplausos, bravos, lenços e buquês: das galerias atiraram flores, que atapetaram o chão do recinto, e deram vivas, apesar das campainhadas do presidente da casa. O ministro estadunidense colheu dessas flores celebrativas, disse a Rio Branco, para mandá-las a seu país como prova de que era possível fazer em paz o que em seu país custara sangue. Assim foi que — o senador Silveira da Mota notou entre ofendido e admirado — “com duas voltas o sr. visconde do Rio Branco fez adotar essa lei do estado servil que a todos parecia uma bicha de sete cabeças”.⁵²

A 28 de setembro, à uma da tarde, no Paço da Cidade, a regente assinou a lei 2040, sua primeira Lei Áurea, embora nem tivesse sido consultada ao longo do processo, como tampouco se comunicaram o chefe de governo e d. Pedro, ainda na Europa. Na iconografia celebrativa, Rio Branco surgiu envolto por seus ministros e acima do imperador. Ladeavam-no duas deusas: uma, a Glória, outra, a História.

O MARECHAL DO PASSADO

Com o braço no de Maria Amélia, Paulino abriu o baile que oferecia no encerramento dessa tumultuada sessão legislativa. Sua enorme casa se coalhava de “viva luz que em ondas alagava os salões artisticamente decorados, e o encantado jardim”,⁵³ por onde se distribuía a fina flor carioca, imprensa, correligionários, inimigos de seu partido e amigos cultivados no oposto. A atmosfera era, contudo, de consternação mais que de festa. Paulino estava infeliz com o resultado de sua queda de braço com Rio Branco.

A Lei do Ventre Livre passou com atenuações e efetividade futura, mas colocava em xeque a escravidão e o que nela se assen-

tava. Barrou a reprodução da escravaria e assim pôs, pela primeira vez, o fim do escravismo como regime econômico no horizonte político brasileiro. O Estado se imiscuiu na ordem social escravista ao extinguir o protetorado dos senhores sobre filhos de escravas em caso de castigos físicos excessivos; ao obrigar os senhores a registrar seus escravos, ameaçando libertar não matriculados dentro de um ano, com penas para recusa; ao proibir a separação da família escrava — na venda de um cônjuge, o outro e filhos menores de doze anos deviam ser vendidos conjuntamente. Inconformou Paulino que uma ala de *seu* partido, auxiliada por representantes do partido inimigo, comandasse a maior das ingerências na vida privada e na economia do Império, golpe do Estado contra sua base social, os proprietários de terras e escravos.

Temiam-se outros efeitos, decorrentes da invenção do Fundo de Emancipação (artigo 3^a), formado por impostos sobre transmissão de propriedade escrava, seis loterias, multas aplicadas a partir da lei e cota anual dos orçamentos de todos os níveis de governo. Muitos fundos provinciais e municipais nunca saíram do papel e o nacional poucos recursos teve, de modo que várias previsões escravistas nunca se concretizaram. Mas, como observou Nabuco, “as reformas dessa natureza [...] não são soluções exatas, precisas, que produzam efeitos de antemão calculados: são sempre a decretação do desconhecido”.⁵⁴

Das consequências imprevistas, uma seria a exploração judicial de brechas da lei por abolicionistas. Outra foi o estilhaçamento dos partidos. A facção de Rio Branco fez porteira, em vez de derrubar a cerca, mas mesmo isso era além da conta para a ala de Paulino. Quebrou-se a espinha do Partido Conservador, que vinha dando a direção do Segundo Reinado — o Partido Liberal já se fraccionara em 1870, com a fundação do Partido Republicano. De 1871 em diante haveria antes três facções que dois partidos: uma modernizadora, na maioria de Liberais; outra moderada,

misturando Liberais e Conservadores e oscilante quanto às reformas; e a Emperrada, majoritariamente Conservadora, com alguns Liberais, infensa a qualquer mudança. Essa elite política dividida enfraqueceu sua capacidade tanto de reformar como de resistir, e o sistema político imperial perdeu coesão, eixo, rumo. Desde então a instabilidade política se tornou crônica.

Paulino chegou a líder da resistência nessa hora crucis. Em pé de guerra estavam seus vizinhos fazendeiros de Cantagalo e outros tantos pais afora. A reforma do elemento servil ferira o que viam como a ordem natural das coisas. Toda mudança, julgava, provoca desequilíbrio e perda, tal qual a que em breve se abateria sobre ele, quando o nascimento do último filho roubaria “a flor da minha alma”. Seus olhos ficariam fundos, desenhando no rosto pálido e calvo a viuvez sem consolo. Ausente Maria Amélia, a vida vai “encobrir-se nas trevas da imensa dor que só terminará comigo”. A impotência ante o destino pessoal nutriria soberba pública. Doravante Paulino, mais que representar seu grupo social, encarnaria, na Câmara, no Conselho de Estado a partir de 1876, e adiante no Senado, a política da reação: “A resistência a todos os excessos é um dogma Conservador; nessa resistência acompanho os meus amigos da minoria, hei de auxiliá-los quanto puder”.⁵⁵

E tanto pôde pelos próximos dezessete anos. Morto Itaboraí, Paulino ganhou, aos 37 anos, o cetro dos Emperrados. Reinaria sobre eles, conta quem o conheceu, com “uma vontade dura, de rocha, sob aquele veludo de mansidão. Era um chefe que não mandava, pedia; que não ameaçava, convencia. Tudo nele, porém, revestia tal aparato de forma, de gravidade, que os seus lhe aceitavam a direção como uma espécie de guia sacerdotal”.⁵⁶ A doçura envelopava uma intransigência intransigente. Paulino era escravocrata, membro da aristocracia, cujo modo de vida se fundava na escravidão, e se fez escravista, líder da organização política de parte

desse estrato social em defesa do statu quo. Coerência perfeita entre estilo de vida e ação política. Em 1871 tomou a bazuca da resistência entre seus dedos longos e finos, pois, ainda que perdida uma batalha, o bom general não deserta a guerra.

Por isso, findo o baile, e defronte ao busto do pai que guardava a entrada de sua casa, envergou o uniforme dos renitentes. O visconde de Uruguai fora um dos construtores do Segundo Reinado. O filho seria o conservador, guardião da obra dessas “almas elevadas”, que, se pudessem “inspirar-nos, a nós que os desejamos imitar, dir-nos-ão hoje e sempre: ‘Defendei essa ordem; [...] sustentai os grandes interesses de hoje, que encerram em si a prosperidade vindoura’”. Na defesa desse legado, Paulino demonstraria no depoimento de um adversário raras qualidades de líder,

invocando o princípio da autoridade, a necessidade da disciplina, multiplicou a sua falange contra o governo, conservou-a até o fim em completa submissão à sua palavra de mando. Nenhum outro político do Império [...] teve por tanto tempo, na boa e má fortuna, um partido tão numeroso, tão arregimentado, como Paulino de Sousa, [...], fiel à bandeira da resistência [...] na questão dos escravos.

Ao vê-lo tomar as rédeas da reação, um de seus sequazes nomeou-o “Marechal do Futuro”. Enganou-se. Paulino não abria tempo novo. Diante do pai, tradição gravada em pedra, sagrou-se primeiro cavaleiro no zelo da ordem escravista, base das instituições e do modo de vida do Segundo Reinado, como seria o último a tombar, em 13 de maio de 1888, um “Marechal do Passado”.⁵⁷

3. O repertório moral do abolicionismo

O FILHO DE LUÍSA

Luís porque filho de Luísa Mahin, africana livre, quitandeira, rebelde da revolta Malê na Bahia. Luís Gonzaga Pinto da Gama ficou marcado, qual Rebouças, pela Sabinada, mas em sentido diverso: a mãe se foi para a Corte seguindo amante enredado, como ela, no levante escravo. O filho ficou, em nostalgia incurável. “Meu pai, não ousou afirmar que fosse branco, [...] era fidalgo; e pertencia a uma das principais famílias da Bahia, de origem portuguesa”; “criou-me em seus braços”. Braços que dívidas de jogo abriram para jogar o menino de dez anos nas mãos de um amigo, que de pronto o vendeu. Naquele novembro de 1840, Luís embarcou livre em Salvador e desembarcou escravo no Rio de Janeiro.

Encontrou por dono um lojista de velas, depois um negociante de escravos, que fracassou em vendê-lo em Campinas, por ser baiano, cheirando a conspiração. Ficou em São Paulo, em ofícios de escravo doméstico e de ganho: “Aí aprendi a copeiro, a sapateiro, a lavar e a engomar roupa e a costurar”. Conheceu um estudan-